



Câmara dos Deputados
Comissão de Finanças e Tributação

REQUERIMENTO Nº , de 2013
(Do Deputado Manoel Junior)

Requer a realização de Audiência Pública, com as presenças de representante da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, o senhor Superintendente Luciano Portal Santanna, de representantes do Ministério da Fazenda, de representantes do Banco Central do Brasil, de membro do Ministério Público Federal, de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo, do ex-liquidante da Companhia Internacional de Seguros – CIS, o senhor Tupy Caldas de Moura e do Presidente do Sindicato de Corretores de Seguros do Rio de Janeiro, o senhor Henrique Brandão.

Senhor Presidente,

Requeiro com fundamento no art. 50, § 1º da Constituição Federal e, ainda, nos termos do art. 116, do Regimento Interno desta Casa, a realização de Audiência Pública, com as presenças de representante da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, o senhor Superintendente Luciano Portal Santanna, de representantes do Ministério da Fazenda, de representantes do Banco Central do Brasil, de membro do Ministério Público Federal, de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo, do ex-liquidante da Companhia Internacional de Seguros – CIS, o senhor Tupy Caldas de Moura e do Presidente do Sindicato de Corretores de Seguros do Rio de Janeiro, o senhor Henrique Brandão, para esclarecimentos a respeito de todas as operações que eventualmente tenham sido praticadas pela SUSEP ou pelo liquidante na condução da liquidação extrajudicial da CIS.

JUSTIFICATIVA

Segundo publicado pela Revista Veja (documento anexo) ocorreram movimentações no mínimo suspeitas, quando da liquidação extrajudicial da Companhia Internacional de Seguros – CSI, tendo como seu liquidante o senhor



Câmara dos Deputados
Comissão de Finanças e Tributação

Henrique Brandão, envolvido na CPI dos Correios. E, ainda, a SUSEP delegou a administração da massa falida da CIS a Manuel dos Santos Leitão que, segundo o processo, transferiu R\$ 18.000,00 da CIS para sua conta pessoal, sob a indulgência de que estaria resguardando o espólio de um eventual bloqueio judicial. Afirmando, ainda, agir sob a inspiração de uma norma da Agencia Nacional de Saúde, que nada tem a ver com a SUSEP.

Desta forma, senhor Presidente, nada mais elementar que buscarmos esclarecimentos sobre tal situação e, assim, sanarmos qualquer movimento dúvida que tais transações levantaram.

Sala de Sessões, de de 2013

MANOEL JUNIOR
Deputado Federal
PMDB/PB



Anexo ao Requerimento

Tenebrosas transações

Autor(es): Malu Gaspar

Veja - 15/04/2013

A liquidação da seguradora de Naji Nahas virou terreno de práticas nada ortodoxas dentro da Susep, o feudo do PTB à frente do processo que já se arrasta por duas décadas

Companhia Internacional de Seguros (CIS) chegou a ser a quarta maior do setor no Brasil. Tinha mais de 30.000 clientes e 10% do mercado. Parte do império formado nos anos 80 pelo libanês naturalizado brasileiro Naji Nahas, a CIS foi arrastada em 1991 pelo tsunami que se seguiu à quebra, em 1989, da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O episódio teve em Nahas, que detinha 12% das ações da Vale e 7% dos papéis da Petrobras, o bode expiatório. Ele foi absolvido na Justiça por absoluta falta de consistência na acusação e com testemunhos favoráveis de Mario Henrique Simonsen e Delfim Netto. Enquanto isso, o espólio da CIS transformou-se em alvo de um butim nos domínios da Superintendência de Seguros Privados (Susep), autarquia reguladora do setor vinculada ao Ministério da Fazenda e há mais de uma década um feudo do PTB. O processo de liquidação — ao qual VEJA teve acesso — é recheado de movimentações suspeitas e até faz ressurgir das sombras Henrique Brandão. Trata-se do corretor de seguros que emergiu no noticiário nacional durante a CPI dos Correios por ter pressionado o então presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, outro território do PTB, a destinar 400000 reais mensais ao caixa do partido.

A Susep delegou a administração da massa falida da CIS a Manuel dos Santos Leitão, contador de currículo mediano que já atuou em várias liquidações. Segundo o processo, em um único mês — junho de 2012 —, Leitão transferiu 18 000 reais da CIS para sua conta pessoal no Citibank. Pilhado, disse que queria resguardar o espólio de um eventual bloqueio judicial. Afirmou agir sob a inspiração de uma norma da Agência Nacional de Saúde (que absolutamente nada tem a ver com a Susep). A autarquia chegou a aprovar os saques, o que fica claro em um ofício enviado em fevereiro à sócia de Nahas na CIS, a Royal Empreendimentos e Administração. Agora, estuda punições a Leitão, que também quis pôr à venda um terreno da empresa na orla de Niterói, cidade



Câmara dos Deputados
Comissão de Finanças e Tributação

vizinha ao Rio. O que causa espanto aí são as cifras. A Câmara de Valores Imobiliários de São Paulo avaliou o terreno, de mais de 400000 metros quadrados, em 82 milhões de reais. Leitão sugeriu repassá-lo por menos de um décimo do valor—7 milhões. Se fosse adiante, seria um negócio da China para os compradores, que, comenta-se nos bastidores do mercado de seguros, estariam dispostos a pagar régias comissões em gratidão pelo preço tão camarada. Em março, porém, uma liminar barrou a transação. Questionada por VEJA, a Susep refez os cálculos: promete agora cobrar os 82 milhões de reais avaliados pela Câmara de Valores Imobiliários numa futura negociação.

A quebra da ex-seguradora de Nahas se arrasta há 22 anos. O processo passou da Susep à Justiça em 2000 e voltou à superintendência três anos atrás. Nessas mais de duas décadas, o patrimônio da empresa só fez deteriorar-se, num processo em que o interesse público fica sempre em último lugar — e os direitos do proprietário consistentemente lesados. Em 2010, vieram à luz denúncias de superfaturamento na contratação de consultorias, o sumiço de obras de arte e a perda de 120 veículos que simplesmente apodreceram ao relento no pátio da companhia. Em apenas dois anos, 2 milhões de reais da massa falida foram gastos com pagamento de pessoal. O administrador Leitão e seu assistente ganham, juntos, 50000 reais por mês. O escritório de advocacia que o assessorava — o Mattos, Rodeguer Neto e Victória, de São Paulo — recebia 23 000 reais mensais até ser dispensado, em janeiro. É o mesmo escritório que teve o sigilo quebrado no inquérito da Polícia Federal que apura a venda do Hotel Nacional, no Rio, a um amigo do bicheiro Carlinhos Cachoeira. O hotel faz parte do espólio da Interunion Capitalização, alvo de outra liquidação rumorosa ainda nas mãos da Susep.

Um recente laudo elaborado por perito judicial informa que o patrimônio da CIS soma 94 milhões de reais (isso sem considerar a nova avaliação do terreno de Niterói). O total de dívidas é de 63 milhões — a maior parte com o Fisco. O caminho reto passa por vender os bens e pagar a quem de direito. Sobrariam ainda 31 milhões de reais. Parece simples. Só parece. E como Henrique Brandão entra nessa história? Sócio do genro do ex-deputado Roberto Jefferson na corretora carioca Assurê, ele vive a se gabar de que "manda na Susep" (o que a autarquia nega). Brandão vislumbrou uma oportunidade de negócio na disputa judicial dos sócios de Nahas com a Susep. Ele se apresentava no mercado como a pessoa que poderia resolver a questão. Quando soube de uma reunião, sem a sua intermediação, entre o representante dos acionistas da CIS, Tupy Caldas, e o superintendente da Susep, Luciano Santanna, ligou para Caldas. Queria saber como tal encontro havia sido agendado sem o seu conhecimento. Caldas confirmou a conversa. À



Câmara dos Deputados
Comissão de Finanças e Tributação

VEJA, Brandão negou sua existência. Prefere ficar onde até então esteve: nos bastidores. Enquanto isso, os acionistas da CIS continuam sendo lesados e o interesse público, desprezado.